

PERCEÇÕES PAISAGÍSTICAS DA RAI A DO RIO URUGUAI ATRAVÉS DA GEOFOTOGRAFIA*

PERCEPCIONES PAISAGÍSTICAS DE LA RAYA DEL RÍO URUGUAY A TRAVÉS DE GEOFOTOGRAFÍA

João Henrique Zöchler LEMOS**

Resumo: Mesmo dividida político-administrativamente, esta raia interliga-se através de sua semelhante formação socioespacial, onde a apropriação espacial se assemelha de modo relevante. Estes são atributos da raia do rio Uruguai, abrangendo as regiões oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. Por meio de estudos a partir da geofotografia, estabelecemos ligações importantes entre territórios que possuem elementos em comum, envolvendo a forma de (re)ocupação da terra, particularidades culturais, econômicas, entre outras. A história que circunda a formação desses territórios é analisada à luz de fotografias que representam diferentes temporalidades, expressas na modificação da paisagem.

Palavras-chave: Geofotografia, Oeste catarinense, Colonização, Paisagem geográfica, Rio Uruguai.

Resúmen: Mismo dividido político-administrativamente, esta raya se interconecta a través de su similar formación socioespacial, donde la apropiación espacial se asemeja de manera pertinente. Estos son atributos de la raya del río Uruguay, abarcando las regiones oeste de Santa Catarina e noroeste de Rio Grande do Sul. Por medio de estudios a partir de la geofotografía, establecimos ligaciones importantes entre los territorios que tienen

Introdução

Consideramos, inicialmente, as ideias de paisagem trazidas por Passos (2013), que a entende não como a natureza em si, mas sim como a consequência das relações humanas com o meio natural, o que proporciona a percepção paisagística, a partir do sentimento de observador, e as de Santos (2014, p. 103), para quem “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Tendo isto, a fotografia surge como uma possibilidade de registro desta paisagem, captando assim a evolução das sociedades humanas, de modo único e carregado de significados. Os processos de ocupação e (re)apropriação do território fazem

* Texto elaborado a partir da pesquisa de iniciação científica “Urbanização extensiva em contextos hidrelétricos”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, desenvolvida no âmbito do projeto “Urbanização e hibridação sacionatural em contextos hidrelétricos”, sob orientação do Prof. Dr. Igor Catalão.

** Graduando em Geografia (licenciatura), Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, e-mail: joao.zoehler@gmail.com

elementos en común, abarcando la manera de (re) ocupación de la tierra, peculiaridades culturales, económicas, y otras más. La historia que circunda la formación de estos territorios es analizada con base en fotografías, las cuales representan distintas temporalidades, expresadas en la modificación del paisaje.

Palabras clave: Geofotografía, Oeste catarinense, Colonización, Paisaje, Río Uruguay.

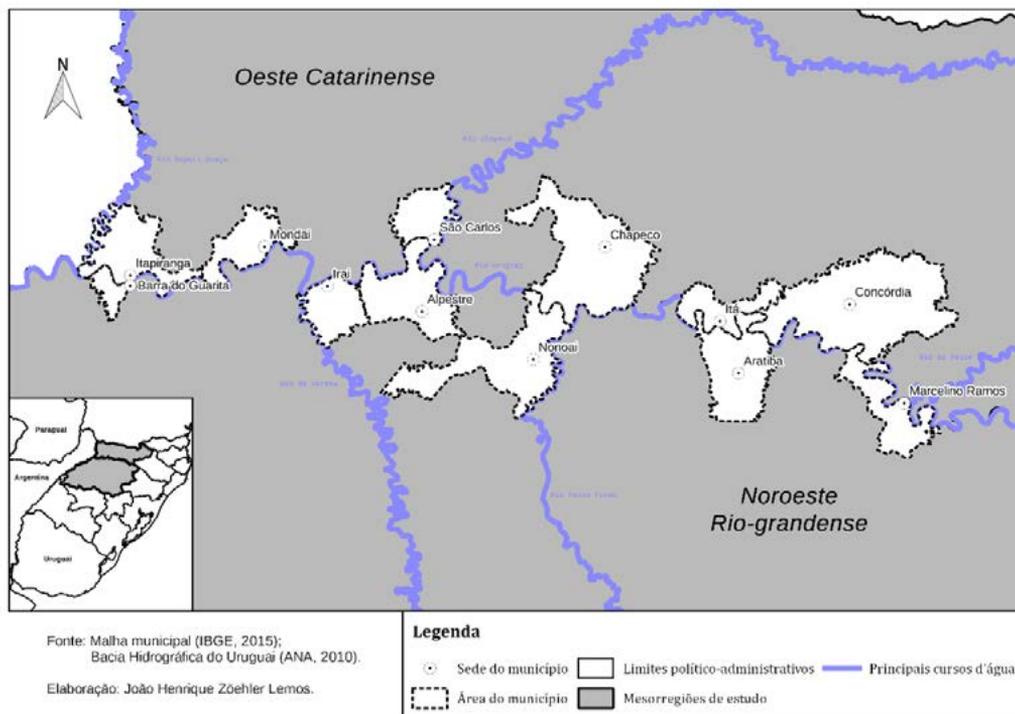


com que a paisagem se modifique constantemente, onde os contextos geo-históricos ficam marcados, cabendo assim à fotografia o registro de momentos deste movimento contínuo de interação entre sociedade e natureza, pois, conforme Passos (2013), este tipo de registro feito e/ou interpretado pelo geógrafo é de extrema importância para o reconhecimento da ocupação e produção do espaço, este condicionado às relações de poder que a constituição do território envolve. Neste texto, será abordada a região raiana do importante curso d'água sul-americano que é o rio Uruguai, que nasce da confluência de outros importantes rios; trata-se de uma raia impactante de diversas formas, em particular culturalmente.

Em ambos os lados do limite que ele, o rio Uruguai, representa, entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, as formações socioespaciais se assemelham em muitos aspectos. Os processos geo-históricos que ocorreram especialmente a partir do segundo quartel do século XX, através de movimentos migratórios massivos, modificaram radicalmente a paisagem de toda a grande raia do rio Uruguai, territórios de análise, sendo as mesorregiões oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. Conseguimos fazer um importante diálogo, também, com trabalhos que utilizam a ótica da história ambiental, promovendo uma importante contribuição para a compreensão dos fatos ocorridos nas áreas agora delimitadas.

Será abordado o contexto da formação socioespacial, utilizando o método da geofotografia, para, então, reproduzir paisagens historicamente vinculadas aos aspectos que fazem com que ambas as regiões – oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul (mapa 01) – tenham especificidades em comum, dados os modelos de povoamento oficial aos quais foram submetidas.

Mapa 01 – As mesorregiões de análise e alguns municípios da raia do rio Uruguai.



Fonte: elaborado pelo autor.

Precisa-se compreender, primeiramente, a noção de raia, em um sentido mais amplo que o tradicional conceito de fronteira, abrangendo mais que uma linha divisória, neste caso, relativa à ideia de formação socioespacial assemelhada. Então, os aspectos que caracterizam o espaço de ambos os lados da raia serão analisados para, posteriormente, considerarmos as relações fluidas do rio Uruguai, elemento de elo (simbólico, cultural) e separação (física), que se constitui como de grande relevância para as áreas limítrofes. Por último, a geofotografia como mecanismo de percepção paisagística e, portanto, da produção material, que será o tópico a finalizar este ensaio.

A noção de raia

Ao lermos o trabalho de Souza (2011), é visto que na Geografia, a polissemia conceitual de termos como paisagem, território, região e ambiente é grande, não deixando de refletir também no conceito de fronteira, que é bastante debatido e detém-se em vários momentos ao contexto em que está inserido. O conceito de fronteira também se confunde muitas vezes com a ideia de limite, cabendo assim uma distinção, como a feita por Machado (1998), sob uma ótica geopolítica, que entende fronteira como o que tem uma relação mais efetiva com o externo à centralidade, com o “outro”, delimitando também o limite através do que está no interior da célula.

As diferenças são essenciais. A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. (MACHADO, 1998, p. 42).

Souza (2011, p. 68-69) colabora para uma concepção mais abrangente de fronteira, trazendo as ideias de Hissa (1998): “[...] a fronteira é espaço vago, é ‘terra de ninguém’, também pronta para ser invadida e ocupada [...] é o mundo do tênue, do frágil [...]”. Sob esta visão é perceptível que a fronteira nada mais é que algo extremamente volátil, pois torna-se demasiadamente frágil ao passo que as relações sociais ultrapassam facilmente o seu limite definido. O estudo de Ferrari (2011) nos mostra que a ação social não se limita a virtualidades do poder, onde a ação (re)(des)territorializante do Estado não limita necessariamente os contatos existentes nas áreas de fronteira.

Raffestin (1993, p. 34) nos traz que “[...] a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”, sendo necessária uma análise mais ampla para a compreensão dos processos que modelaram e ainda modelam as estruturas do espaço geográfico existente em determinadas áreas. Deste modo, é imprescindível realizar uma análise através da história para compreender os processos que levaram ao atual conjunto de elementos que foram o território do oeste catarinense.

A fronteira distingue, até certo modo, espaços específicos, determinados por critérios também particulares, como, por exemplo, os político-administrativos. Neste caso, além da fronteira na perspectiva de atuação de um estado, através do território, há a noção de limite natural, com a presença do rio Uruguai, comumente associado a ser o marco divisor em que, no nosso caso, e que Souza (2011, p. 70), de forma oportuna, colabora para compreender, “limites naturais estão contidos

nas áreas de fronteiras, muitas vezes eles próprios são, erroneamente (talvez), tomados como sendo a própria fronteira (o rio, a montanha)". Seguindo em seu trabalho, Souza (2011) apresenta que a noção inicial de fronteira gera ambiguidades e apresenta diversas dimensões de compreensão. Ela pode simbolizar tanto uma separação como uma aproximação entre realidades diferentes, considerando aqui uma visão além das diferenças, tendo a fronteira que mais à frente é equiparada ao conceito de raia, como o que também pode unir dois territórios, com formações espaciais que se assemelham.

Passos (2007, p. 299) sugere uma percepção integradora, na qual o "uso da palavra raia sugere um espaço integrado, cuja evolução contempla a participação dos agentes e dos atores em seu todo – na raia". Entende-se que apesar de político-administrativamente separados, os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, na raia do rio Uruguai (área onde há a presença deste curso d'água), integram-se pelas suas formações socioespaciais semelhantes, ao mesmo tempo que se diferem pelas normatizações oriundas dos governos dos estados.

De modo amplo, consideramos como áreas de relação raiana os municípios que se localizam ao longo do curso do rio Uruguai e áreas próximas, tendo então uma descontinuidade que, ainda assim, é superada, do ponto de vista social, pelos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, vinculando esta superação a objetos de engenharia que contemplam a paisagem da região, a exemplo das pontes que fazem a ligação entre os municípios de Iraí (RS) e Palmitos (SC), além de Nonoai (RS) e Chapecó (SC) ou das usinas hidrelétricas implantadas em diferentes pontos da calha do rio. Um outro e sendo o mais importante vínculo é o que está ligado ao processo de ocupação das referidas regiões, através do processo de colonização e (re)ocupação da terra, criando assim uma importante rede de relações sociais entre os dois estados, proporcionada pelos fluxos migratórios entre ambos.

Nossa análise a partir da geofotografia não se restringe aos limites político-administrativos estabelecidos, mas sim considera um conjunto de elementos que formam, de modo simples, áreas relativamente homogêneas se considerarmos os modelos de apropriação do espaço. O rio Uruguai serve como um elo, selando dois estados, duas áreas que, por um lado, são diferentes (são, efetivamente, duas unidades da federação, independentes entre si e com estruturas de governo próprias), mas, por outro, bastante ligadas, através da cultura, da economia e de suas relações comuns (NODARI, 2012a). Na própria perspectiva da história ambiental, a fronteira é algo que pode ser abordado de forma a-convencional, permitindo ousar e "ultrapassar fronteiras que afinal são fluídas e são feitas pelos humanos que assim as veem" (NODARI, 2012a, p. 229), afinal nem todo rio conforma propriamente uma fronteira nos diferentes territórios pelos quais passam.

Aspectos da formação socioespacial na raia do rio Uruguai

Será utilizado o conceito de formação socioespacial (nesta grafia, conforme o trabalho de Catalão [2011]), desenvolvido principalmente a partir de Santos (1977), onde, em nossa abordagem, envolve as mesorregiões oeste catarinense e noroeste do estado vizinho, o Rio Grande do Sul, e se constitui como um relevante mecanismo de análise. A acumulação de elementos presentes na formação destes locais reflete na dinâmica que os envolve, tendo como fundamental importância, compreender as formas de apropriação de tais territórios, além da distribuição espacial de técnicas que permitiram uma modificação extremamente marcante na paisagem local. Com a presença dos chamados colonizadores e colonos, foi possível que uma área até então, de certo modo um pouco desconsiderada em sua significância, sofresse alterações nas formas de seu uso, passando a exercer um papel completamente diferente, agora de área com “sinais do progresso” e “de gente ordeira e trabalhadora” (RENK, 1999), em contraste com a população formada em sua maioria por sujeitos que não possuíam a posse no modelo oficializado a partir da lei de terras de 1850 (ANDRADE, 2004), valendo-se do direito consuetudinário para esta propriedade e que não se organizavam de mesmo modo que os novos ocupantes.

A inserção de valores externos aos existentes no local, modificou as relações e, como Brandt (2015, p. 26) traz, deixou a população refém de duas alternativas: “adaptar-se ou ficar excluída”. Esta adaptação é referente ao abandono de modos de vida existentes há muito tempo, inserindo-se no modelo de relação social levantado pelos colonos, onde a terra, o capital e o trabalho estão no centro as ações. O caboclo, então habitante dessas áreas, por sua vez, não possuía terra, nem capital e menos ainda o trabalho no molde proposto (violentamente) pela nova população. Esta porção da região sul do país possui particularidades que permitem esta proposta integradora de análise. A exclusão entra, então, de modo compulsório, onde a expulsão destes para áreas periféricas dos agora centros locais ou, para áreas ainda mais distantes, como áreas ribeirinhas, passa a ser a realidade vivida por estes grupos. Logo nas primeiras décadas do século XX, em Santa Catarina, onde após disputas e conflitos envolvendo a Argentina e o estado do Paraná, o oeste do estado finalmente é anexado, refletindo na criação dos municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atualmente Joaçaba) e Chapecó, em 1917 (RADIN, 2009).

Nas duas faces da raia do rio Uruguai, tem-se, a partir da década de 1920, um processo de (re)ocupação da terra baseado na atuação do estado e de empresas privadas, denominadas colonizadoras, que favoreciam grandes levas populacionais a emigrarem (principalmente) das colônias velhas do Rio Grande

do Sul (RADIN, 2009; ZARTH, 1997) para as áreas mais ao norte, como a região do Alto Uruguai, no mesmo estado, e em Santa Catarina, na região Oeste. De modo a definir os termos “colonizador”, “colônia” e “colono”, utilizamos o trabalho de Prado Júnior (1976, p. 189) onde apresenta como sendo um “primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos”.

Pertile (2008), por sua vez, salienta que, mais do que ocupar o território, a colonização pretendia garantir a posse da longa faixa fronteiriça, então carente de população “oficial”, considerada ordeira e vinculada aos meios vigentes de produção, pois já era notável a presença de caboclos, indígenas e demais descendentes de portugueses e espanhóis na região, ligados especialmente à criação de gado e extração da erva-mate, com laços que se desenvolvem desde a segunda metade do século XIX. Compreende-se que esta população que leva a denominação de cabocla, conforme Brandt (2015), se trata de posseiros, habitantes de áreas periféricas às fazendas que também se instalavam em áreas de mata, tendo modos de vida diferenciados dos colonos descendentes de europeus, principalmente pelo uso comum da terra, onde não há a propriedade individual, tendo nestas a criação de animais à solta, especialmente suínos.

Conseguimos estabelecer como base de análise da formação socioespacial três elementos principais – terra, capital e trabalho – estas, portanto, faces que guiam as modificações nos territórios que correspondem às áreas estudadas. Estes três elementos se caracterizam por estarem estritamente ligados aos colonos que, agora, ocupavam as áreas até então consideradas “inóspitas”, “selvagens”, pertencentes ao “sertão” brasileiro (RADIN, 2009). Ao trazermos a visão da história ambiental conferimos um entendimento acerca destes lugares, onde com “a chegada dos imigrantes para as áreas de florestas do Rio Grande do Sul no século XIX e a migração de seus descendentes para o Norte do estado e para o Oeste de Santa Catarina significou mudanças” (NODARI, 2012a, p. 224), mudanças estas que representaram os processos de (re)apropriação através de uma agricultura de subsistência que evoluiria para modelos de produção agroindustrial décadas mais tarde.

Em Alba (2008, p. 27), vê-se que este processo de colonização foi feito “em tempo de capital [...] enquanto modo de produção”, apresentando-se em forma madura, pois eram reflexos dos modos já vividos nas chamadas colônias velhas no Rio Grande do Sul. O capital, portanto, é um dos importantes pilares desta modificação, comandada inicialmente pelos colonizadores, trazendo agora uma nova estrutura social, baseada na pequena propriedade rural, implantando também pequenos centros urbanos locais, para atender a demanda existente entre as comunidades (ALBA, 2008).

Com base no estudo de Caron (2009), é possível reafirmar que os processos existentes em Santa Catarina são expressões dos modelos de ocupação de terra já existentes no Rio Grande do Sul, consequência, dentre outros motivos, da Lei de Terras, promulgada no ano de 1850 e que viria a possibilitar a terra ser um patrimônio privado. Além disso, a própria intenção com viés geopolítico de garantir a posse das áreas mais ao sul do país que, historicamente, sempre foram alvo de numerosos conflitos, fez com que estes modelos se replicassem em diversas áreas. A autora diz, em relação ao Rio Grande do Sul, que “os potenciais compradores eram tanto imigrantes vindos do continente europeu [...] quanto colonos das ‘terras velhas, que migravam à procura de mais terras e novas chances de trabalho”; assim, “pode-se afirmar que a maior parte do estado foi colonizada por companhias colonizadoras particulares” (CARON, 2009, p. 179).

Zarth (1997) possibilita compreender que outro elemento de relevância para o crescimento das áreas coloniais na região noroeste do Rio Grande do Sul é a ligação com as estradas de ferro, permitindo a conexão com outras importantes cidades do estado, como Santa Maria, Porto Alegre e Santa Rosa. A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande que percorria toda a região do Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, passando por cidades como Joaçaba e Marcelino Ramos, seguindo também por Erechim, Passo Fundo e etc., permitiu tanto o transporte dos excessos da produção agrícola, como a chegada de novas levas de colonos até as cidades. Constata-se que a criação de pequenos núcleos populacionais se dá de maneira especial ao redor das estações de trem, de exemplo, as estações construídas a partir de Passo Fundo, que resultaram nos atuais municípios de Coxilha, Sertão, Estação, Erebango, entre outros. (WOLF, 2008).

O trabalho dos colonos e dos colonizadores, em ambos os estados, foi constituído inicialmente pelo extrativismo vegetal, como observamos em Nodari (2012a; 2012b), pois nas “novas” colônias, ocupadas agora por, principalmente, descendentes de alemães e italianos, era notável a existência de abundantes florestas, formações das Florestas Ombrófila Mista (FOM) e Estacional Decidual (FED). Inicialmente, ao se instalarem em tais áreas, acentuou-se a extração madeireira que já existia no local, sendo feita desde o início do século pelos próprios proprietários das terras/colonizadores. Conforme o trabalho de Nodari (2012b, p. 39), “as madeiras nobres eram extraídas pelas companhias colonizadoras ou pelos próprios colonos, dependendo do tipo de contrato existente”, fazendo com que a paisagem se alterasse gradativamente, dando também o início ao predomínio da atividade extrativista, deixando o circuito da produção de erva-mate como coadjuvante dos elementos socioeconômicos da região. A abundante floresta, em ambos os lados do curso do rio Uruguai, era também sinônimo de sinal de atraso,

para exploradores da época, e somente os colonos trariam o esperado progresso e crescimento econômico (NODARI, 2012b).

Com a estrutura fundiária marcada principalmente por proprietários de pequenos e médios lotes de terra, a agricultura, um dos objetivos tão almejados pelos colonos, era basicamente de subsistência, tendo apenas a erva-mate e a madeira como itens de destinação a outros locais, como a Argentina, através do rio Uruguai, e outros estados brasileiros, através da ferrovia São Paulo-Rio Grande, localizada mais a leste ao longo do rio do Peixe.

Conforme Alba (2008), é com a emergência de novos mercados consumidores que, a partir da década de 1940, o uso intensivo da terra para fins econômicos se notabiliza, com o progressivo incremento na criação de suínos e cultivo de milho, que servira de ração, sendo produzido na mesma propriedade. Nas décadas seguintes, sobretudo a partir dos anos 1970, a modernização na agricultura impacta nas dinâmicas socioespaciais vivenciadas na região, levando a uma evolução demográfica nos centros urbanos locais, resultado de um êxodo rural massivo que levara milhares de famílias a saírem do campo em direção às cidades. Como observamos também em Espíndola (1999), a pequena produção mercantil oriunda do excedente do que era produzido para subsistência, passa a ser, com o tempo, a base do processo de acumulação de capital que se tornaria o principal veículo econômico no oeste de Santa Catarina e, através de caminhos semelhantes, no noroeste do Rio Grande do Sul.

Embora não necessite de aprofundamento quanto aos processos a que o setor agroindustrial foi submetido, além dos que o mesmo submeteu os agricultores vinculados, é notável a alteração na paisagem que este modelo econômico implica nas duas regiões, produzindo elementos de características próprias e com finalidades específicas, principalmente nas áreas não urbanas. O meio técnico-científico-informacional, como Santos (2013) denomina, é materializado nas práticas de produção de bens de consumo, onde desde os mais rudimentares instrumentos utilizados no início do processo de ocupação vinculado às companhias colonizadoras, através de equipamentos utilizados na derrubada das grandiosas matas de araucária, por exemplo, ao se direcionar ao presente, com os modernos instrumentos de operacionalização e gestão do campo vinculado às agroindústrias, fazem parte de uma paisagem com estreitos laços com o capital e com a produção, isto é, “a cientificização e a tecnicização da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço” (SANTOS, 2013, p. 48). Esta informacionalização, embora bastante recente, mesmo numa escala temporal humana, tem impactos imensuráveis no modo de agir das populações, condicionadas agora a uma racionalidade controlada de maneira externa a elas,

produtos crescentes da tecnificação do território, ao acumular desigual dos tempos no espaço geográfico (SANTOS, 2012).

As paisagens do oeste catarinense e noroeste gaúcho, ambientes de interações bastante antigas e marcantes, vinculadas aos modos de relação e ocupação da terra e demais elementos da formação socioespacial, são o resultado de técnicas, objetos, ações humanas e, principalmente, produto da cultura de povos que, em confrontos ideológicos, têm alterado completamente o modo de vida nestes espaços. Nodari (2012b, p. 39) afirma que:

Antes da chegada destes colonos, a região era ocupada por caboclos e indígenas, numa densidade demográfica rarefeita [...] os últimos, se não viviam numa relação harmônica com a natureza, como se tem idealizado, pelo menos conviviam de forma mais sustentável com o meio ambiente.

Portanto, a materialidade existente até então, mesmo com numerosos conflitos entre a população agora marginalizada e refém de uma nova ordem social, é sobreposta através de ações diversas, envolvendo principalmente a artificialização das áreas outrora cenários vistosos de frondosas árvores que levaram séculos para alcançarem tais estágios de evolução.

Outra forma de conseguirmos analisar a importância do rio para as regiões é o modelo de produção energética trazido por empresas estatais desde a década de 1960. Servindo para aumentar a capacidade energética do país e, conforme Espíndola (2009, p. 29) mostra, tratando da implantação da usina hidrelétrica de Itá (SC) e suas implicações com as populações locais, “os interesses internacionais das indústrias eletrointensivas parecem ter confluído, neste caso, com os interesses dos frigoríficos da região”. A grande modernização agrícola que as regiões têm comportado para conformar o modelo agroindustrial existente, aliado à ampliação da vida urbana e ao melhor estabelecimento do Sistema Interligado Nacional (SIN) de distribuição de eletricidade, fez com que a necessidade de energia elétrica crescesse, atendendo tanto as necessidades vinculadas à cadeia produtiva como das cidades locais vinculadas, direta ou indiretamente, a outros polos urbanos e industriais mais importantes.

É neste contexto que a importância do rio Uruguai se insere, como mecanismo de ligação entre estes povos que ao tempo em que são separados pelas fronteiras do estado, compartilham de uma história semelhante, evidenciada pelos processos que culminaram na formação das “novas colônias”.

Rio Uruguai, “fluidez fronteiriça”

É no contexto da colonização oficial que abordamos o rio Uruguai, este que marca através de elementos culturais, como a música, cultura popular e, portanto,

se mostra como um ícone do imaginário social das regiões oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul.

Como já mencionada, a noção de raia permite uma compreensão integrada, avançando para além das simples fronteiras, como é o objetivo deste texto. Entende-se que as áreas de fronteira entre os dois estados estão marcadas principalmente pela presença do rio Uruguai, que nasce da confluência dos rios Canoas e Pelotas, aproximadamente entre as regiões Serrana (Santa Catarina) e Nordeste Rio-Grandense (Rio Grande do Sul). Após isto, percorre um longo caminho, recebendo diversos rios no trecho brasileiro, como o rio do Peixe, Chapecó, Passo Fundo, da Várzea, Peperi-Guaçu, Ibicuí, até adentrar o Uruguai e a Argentina, desaguando no estuário do rio da Prata.

No trabalho bastante exploratório de Costa (1929), desenvolvido durante a visita do então presidente do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, ele descreve o rio Uruguai, próximo a Itapiranga (Santa Catarina) da seguinte forma:

[...] poderia ser um grande elemento propulsor do intercambio interestadual e internacional, carreando os produtos da lavoura e das indústrias extractivas, deixa muito a desejar por duas faltas sensíveis que se notam: uma ponte ligando, em local conveniente, as margens dos dois Estados e a melhora do seu leito, repleto de pedras roliças, que, na época das águas baixas, tornam a navegação difficilima e perigosa (COSTA, 1929, p. 19).

Além de fazer alusão à navegação, o autor expressa que o rio poderia ter uma ponte ligando os “dois mundos”, os dois estados. No lugar especificamente mencionado, ainda hoje não existe uma ligação rodoviária entre Itapiranga e, do lado gaúcho, Barra do Guarita. Já Boiteux (1931, p. 17) traz mais impressões a respeito da viagem realizada em 1929, época em que a população ainda não se encontrava tão adensada, mas já vivia o pleno processo de efervescência da colonização nas duas áreas: “barrancas altas, onde, de longe em longe, espiando as balsas lentas que desciam para S. Thomé, na Argentina, surgem telhados escuros, ou algum fio de fumo assignala uma tênue mancha humana naquelas mattarias vastas e desertas”.

A sua importância se dá essencialmente pelos fluxos que comporta, remontando um passado anterior aos processos de ocupação baseado em frentes de colonização com alvará do estado, servindo de passagem entre os dois atuais territórios para populações indígenas. É com a extração vegetal que passa a impactar mais no quotidiano da população local, agora consideravelmente adensada, pois, conforme Bellani (1991, p. 201), “desde o século XIX, os relatos indicam que a escassa população do território catarinense no Velho Município de Chapecó utilizava a via natural de comunicação: o Rio Uruguai”, sendo então este curso d’água um importante elemento de interligação entre os territórios

catarinense e gaúcho. Santos (2005) também traz que o uso em ambas as margens do rio, na região das missões, no Rio Grande do Sul, era utilizada há muito tempo, desde as reduções jesuíticas, como forma de comunicação e transporte, entre ambos os lados, servindo inclusive para o transporte de erva-mate.

A fluidez está em consonância com a perspectiva da integração, como Ferrari (2011) já trazia, pois a ação humana através dos fluxos se dá havendo ou não este tipo de demarcação, resguardando, claro, especificidades que possam limitar, como o exemplo de áreas de controle estatal, onde limitações quanto aos fluxos são impostos. Esta visão é mostrada por Nodari (2012a), que considera o rio Uruguai, através da história ambiental, como uma fronteira fluida. A conexão que ele representa é relevante, servindo durante muito tempo como único meio de travessia entre os dois estados. A importância é ressaltada, pois:

O rio Uruguai acabou servindo de deslocamento para as diferentes populações humanas, para alguns animais e plantas. Os indígenas moviam-se do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina, assim faziam também os caboclos coletores de erva-mate com suas agriculturas de subsistência e, por último, os migrantes descendentes de europeus (NODARI, 2012a, p. 229).

Destaca a autora, também, a importância que “o uso do rio Uruguai para o escoamento da produção agrícola e principalmente para a exportação das madeiras para a Argentina” (NODARI, 2012a, p. 229) representou, pois em períodos de cheia tornava-se uma importante via de transporte da produção oriunda da extração madeireira até São Borja, no oeste do Rio Grande do Sul, ou até cidades localizadas às margens do rio na Argentina ou no Uruguai.

Os trabalhos de Bellani (1988; 1991) e Santos (2005) evidenciam o quanto o rio significou para os balseiros, servindo, além de propriamente um modo de transporte através das balsas, como um modo de vida para os que trabalhavam com as levas de madeira até São Borja, cidade vizinha à Argentina. Esta importância do rio Uruguai para o transporte de madeiras até o país vizinho é representada muitas vezes na música, como é o caso da composição de Lessa (1978):

Oba, viva veio a enchente o Uruguai transbordou, vai dar serviço p'ra gente. Vou soltar minha balsa no rio, vou rever maravilhas que ninguém descobriu. Amanhã eu vou embora pros rumo de Uruguiana vou levando na minha balsa cedro, angico e canjerana. Se chegar ao Salto Grande me despeço deste mundo, rezo a Deus e a São Miguel e solto a balsa lá no fundo. Quem se escapa deste golpe, chega salvo na Argentina (LESSA, 1978, s/p).

Fica claro, na canção composta por Barbosa Lessa e interpretada por Cenair Maicá o sentimento de pertencimento e ligação com o rio, afinal, segundo Claval (2014), a relação entre os povos e os meios, o ato de qualificá-los, expressa um conhecimento que ultrapassa o convencional, estando ligado aos costumes, ao

ato de nomear localidades específicas. “Os nomes dos lugares e das categorias de paisagem permitem falar do mundo e discorrer sobre ele. Eles transformam o universo físico em um universo socializado” (CLAVAL, 2014, p. 214). O rio Uruguai é, então, o lugar, o espaço vivido, presente em cenários contrastantes, servindo desde a caça e a pesca para os atores anteriores aos processos de povoamento oficial, como indígenas, luso-brasileiros, caboclos, quanto aos descendentes de europeus, ligados à produção, ao capital, à terra (como mercadoria). Seu papel, fundamental para os fluxos desta região, hoje serve também para a geração de energia, esta que não é uma necessidade apenas regional (se fosse, de fato, uma necessidade construída pela população), mas sim uma ordem externa a ela, vinculada aos grandes centros produtivos do país.

A geofotografia na raia do rio Uruguai

O registro da paisagem é algo intimamente ligado com a fotografia, desde o seu surgimento, onde através dela passa a ser possível a captura do presente, da visão humana sobre o seu lugar, a produção de uma memória sobre acontecimentos e locais específicos. No trabalho de Passos (2005), é notável que através da concepção de Paul Vidal de La Blache, em seu trabalho denominado “La France : tableau géographique”, o uso de fotografias para representação da paisagem passa a ser utilizado mais significativamente. A associação de textos e imagens na obra de Vidal de La Blache (1908) é relevante o bastante para o que Passos (2003; 2005; 2013) denomina de “geo-foto-grafia”, onde um particular modo de análise e de grande valia à ciência geográfica é concebido, pois com base na proposta vidaliana, produz “um método geográfico de interpretar as paisagens” (PASSOS, 2005, p. 11288).

As formas de registrar a paisagem através da fotografia também cumprem um importante papel de locução da materialidade expressa momentaneamente no espaço, referindo-se de modos diferentes a cenários variados, sendo a fotografia portadora de significados que permitem o enaltecimento ou depreciação de formas e sujeitos. Em Passos (2003, p. 196), vê-se ser possível “identificar duas maneiras de fotografar uma paisagem. Uma no registro poético, levaria a apresentação de uma ‘realidade na gênese’. A outra seria mais simplesmente uma atividade de arquivagem do real”, sendo relevante uma interpretação quanto a esta “realidade na gênese”. “Se esta última maneira se presta a um estudo relevante de uma aproximação científica, a primeira se coloca mais diretamente sobre a experiência de explicitar, de forma mais simbólica, a paisagem”, servindo, como já dito, para a valorização ou não de certos elementos.

A paisagem é vista como um componente que possibilita compreender “as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformaram, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem” (CLAVAL, 2004, p. 71), tendo agora, como veículo de análise, a fotografia. Passos (2003, p. 198) traz da perspectiva vidaliana que “há um método geográfico de interpretar as paisagens”, tendo o geógrafo a capacidade de reconhecer o modo com que as relações sociais se dão e produzem o espaço, este que é resultado da acumulação de tempos, formado por objetos que mudam em lapsos mais ou menos semelhantes, combinados a partir do que Santos (2012, p. 54) denomina de “a forma, a estrutura e a função”.

O modo de registro fotográfico carrega acepções que representam um interesse, uma realidade específica, sendo constantemente relacionada às vontades do fotógrafo, ao sujeito que traz ao espectador as narrativas do espaço, das relações sociais existentes. Em fotografias que mostram cidades em processo de ocupação, como no oeste catarinense, registros exibindo largas avenidas, com vultosas edificações, representam o imaginário do progresso, do desenvolvimento associado ao ideal do trabalho. A memória que se perpetua na comunidade que habita os núcleos urbanos é comumente associada a personagens específicos, dotados do poder político e/ou (muitas vezes com os dois aspectos coexistindo) capaz de influenciar estas relações, em ligações que se equiparam ao apadrinhamento, numa perspectiva simbólica de poder, gerando assim uma influência muitas vezes indireta no imaginário.

No texto de Passos (2003), verificam-se algumas análises importantes, como quando se refere ao modo de captura da paisagem, através dos registros fotográficos, onde as mesmas, “tomadas sobre o terreno, por exemplo, representam indiscutivelmente uma paisagem real, mas não são menos fortemente dependentes da reflexão dirigida sobre esta paisagem” (PASSOS, 2003, p. 196), tendo uma relativa dependência à interpretação exposta junto ao registro. O lugar específico a ser registrado também influencia na interpretação que esta imagem terá, pois “a escolha do território fotografado, as condições da tomada da foto (distância, época, etc.), tudo é determinado em função de uma vontade precisa de análise e de demonstração” (PASSOS, 2003, p. 196).

Além do trabalho desenvolvido por Vidal de La Blache (1908), é possível citar outra obra de relevância para a Geografia brasileira, desta vez por feita do geógrafo francês e um dos responsáveis pela implantação do Departamento de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), Pierre Monbeig. Sem nos aprofundarmos em seu trabalho, denominado “Pioneiros e fazendeiros de São Paulo” (MONBEIG, 1984), o geógrafo traz uma importantíssima pesquisa sobre

as “frentes pioneiras” que se constituem no interior do estado paulista, na década de 1940, sendo dividido em três grandes partes. No livro III (MONBEIG, 1984, p. 211-392), ao abordar especificamente as cidades da franja pioneira (no trabalho, fazendo referência ao modo como as novas cidades se dispunham, espalhando-se em toda a região noroeste, do estado paulista, seguindo a infraestrutura ferroviária recém implantada), o autor traz importantes imagens para ilustrar as novas relações que se instalavam na região, trazendo breves comentários juntamente com as fotografias, estas que conduziavam o leitor a uma interpretação específica dos momentos fixados no ato da captura das mesmas.

Pode-se, a seguir, compreender as dinâmicas socioespaciais existentes na *raia do rio Uruguai* através de fotografias que guardam consigo um momento específico das geografias existentes nesta região marcada por ações políticas, econômicas, sociais e que, de modo singular, modificaram a paisagem no decorrer de pouco mais de meio século de implantação de uma ideologia “importada”, vinculada principalmente ao trabalho, sinônimo de progresso e avesso à natureza “selvagem”, intimamente ligado ao capital e aos novos métodos de produção. Utiliza-se como fonte de algumas imagens, dentre outros, o vasto acervo da biblioteca digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo de grande valia para pesquisas que vão além do tema tratado aqui.

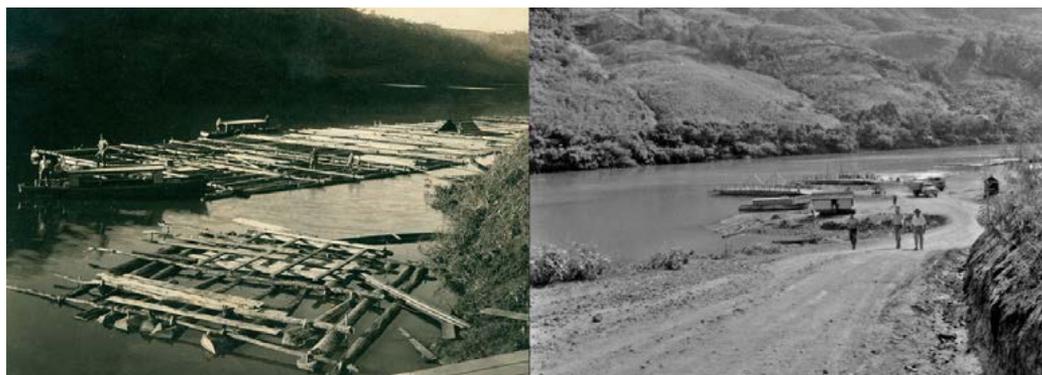
Fotografias com idade mais avançada são mescladas com registros atuais, tendo então diferentes interpretações da paisagem, que possibilitam reproduzir como foram e como são as dinâmicas socioespaciais dos lugares vinculados à raia do rio Uruguai. As percepções da fisionomia da região se fazem através de registros deste tipo, onde se observa a materialização das relações socionaturais (SOUZA; CATALÃO, 2016), do modo em que atuaram e atuam ainda sobre esta estrutura, construindo paisagens diversificadas e marcantes.

Já na imagem 01 tem-se a localidade de Goio-Ên, entre Chapecó (SC) e Noioi (RS), na foto, à esquerda: balsas que serviam para transportar a madeira extraída na região até o país argentino. São elementos de grande relevância para a socioeconomia da região, conforme observamos nas pesquisas de Bellani (1988; 1991) e Santos (2005). Além disso, o imaginário que cerca os profissionais as operavam, os balseiros, é igualmente impactante na cultura local. Conforme Santos (2005, p. 60) existiam três tipos de balsas, como a *pirágua*, sendo “uma espécie de barco bem fechado onde se levavam produtos coloniais ou até mesmo madeira seca, quando os compradores, assim exigiam”. Além da madeira extraída na região, outros produtos eram transportados para as cidades ao longo do rio Uruguai, como a erva-mate, a rapadura e demais derivados de cana-de-

-açúcar. No lado direito, possível ver novamente o Goio-Ên, onde às margens do rio Uruguai, localiza-se um importante local de elo entre os estados, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo vinculado às correntes migratórias massivas que se desenvolveram principalmente na segunda metade do século XX. Dali partiam as balsas com a madeira extraída em toda a região, além de partirem balsas que faziam a ligação hidroviária entre os estados. Hoje, no local, há uma ponte fazendo a mesma ligação.

Vemos em Bellani (1991) e Santos (2005) que o local tinha uma importância relevante para a região, tanto para o deslocamento de madeiras que partiam dali rumo a Argentina quanto como uma via de ligação entre os dois estados. O transporte por balsas se deu até a década de 1960, com a construção da ponte sobre o rio Uruguai sendo concluída. Até então, o comércio no chamado “porto Goio-Ên” era aquecido devido a ser um ponto de parada para aguardar a travessia, contando com lanchonetes, hotéis, etc.

Imagem 01 – Localidade de Goio-Ên, entre Chapecó (SC) e Nonoai (RS), elementos que compunham o cotidiano da população: balseiros e balsas



Fonte: acervo do IBGE/Alfredo Domingues; Tibor Jablonsky, década de 1960.

Em mesmo contexto, na imagem 02, vemos a construção da ponte que hoje liga Chapecó (SC) a Nonoai (RS), elemento técnico que representou o elo rodoviário entre os dois estados, suas obras iniciaram em 1966 e teve sua inauguração feita em fevereiro de 1975 (DÜRKS, 2011).

Imagem 02 – Temporalidades e técnicas: a construção da ponte sobre o rio Uruguai, ligando Chapecó (SC) a Nonoai (RS), na década de 1970 e a mesma, em 2012



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Nonoai e do autor, 2012, respectivamente.

Já na imagem 03 a cidade de Chapecó (SC) é representada pela paisagem urbana da época, tendo experimentado, a cidade, um cenário de constante crescimento da população e de seu tecido urbano. Na fotografia, a visão está no sentido noroeste-sudoeste. O ideal progressista era propulsionado pela população “ordeira” e “obediente”. É possível ver, também, amplas manchas de remanescentes da área de gradação de a Floresta Ombrófila Mista para a Floresta Estacional Decidual.

O desejo pela “modernização” do local culminou com a derrubada o que restava das áreas de floresta, retirando cada vez mais o ar de área “selvagem” que o oeste catarinense transmitia, na cultura regional, no início do século XX (RADIN, 2009). Silva, Brandt e Moretto (2017, p. 193) contribuem para esta compreensão, pois: “Após a colonização, com aumento populacional, paralelo à extração madeireira, a floresta foi sucumbindo a atividades econômicas, com a criação de animais e agricultura”, produzindo então uma diferença considerável na paisagem de Chapecó. As empresas colonizadoras providenciavam a “limpeza das áreas”, pois, era necessário este processo para a implantação de fazendas, com manejos agropastoris.

Imagem 03 – Vista parcial de Chapecó (SC)

Fonte: Victorino Biazio Zolet, 1957.

A imagem 04 representa uma área próxima a Erechim (RS), com paisagem rural com mosaicos de cultivo e remanescentes florestais, além de uma casa típica de um “colono”. Nas áreas de morfologia marcante do Alto Uruguai gaúcho, são comuns cenários com esta aparência. O modelo de ocupação da terra se fez de mesmo modo nas regiões oeste catarinense e noroeste sul-rio-grandense, tendo como característica principal o modelo de produção familiar e o cultivo de culturas como milho, feijão e trigo. O modelo de sucessão familiar era feito através de uma redistribuição do lote de terra entre os filhos de sexo masculino (normalmente, numerosos), com o tempo levando a exaurir a área hábil para cultivo. O trabalho de Zarth (1997) permite compreender o processo que se deu na área também denominada como planalto gaúcho ou planalto médio, onde se reproduziu o modelo adotado nas colônias velhas, de venda de lotes de terra (de aproximadamente 25 hectares) para os colonos, com a prática posterior de sucessão familiar e subdivisão das terras.

Imagem 04 – Área próxima à Erechim (RS)

Fonte: IBGE/Pedro Pinchas Geiger; Tibor Jablonsky, 1959.

A seguir, na imagem 05, temos a representação do meio de transporte mais comum entre as cidades da região: o ônibus. Através deste modal, grandes levas de migrantes se deslocaram das regiões de ocupação antiga, como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Nova Prata e Guaporé, além de lugares de colonização recente que se inserem no contexto vivido no oeste de Santa Catarina, como Carazinho, Sarandi, Erechim, Passo Fundo, etc. Na imagem, um ônibus de uma empresa hoje incorporada pela Unesul de Transportes Ltda., operando uma linha ligando Erechim (RS) a Xanxerê (SC), passando pelo porto Goio-Ên. Esta foi a primeira rodoviária da cidade, na foto, a vista faz o sentido sul-norte.

Imagem 05 – Chapecó (SC): transporte rodoviário de passageiros

Fonte: Victorino Biazio Zolet, década de 1960.

A inserção de Nonoai na extração madeireira se dá com a instalação de serrarias no território do atual município de Rio dos Índios. A madeira tinha como destino, principalmente a exportação para a Argentina e o Uruguai. Nas imagens 06 e 07, observam-se exemplares de pinheiro (*Araucaria angustifolia*) com idades avançadas, expressas na sua elevada altura. A mancha da mata de pinheiros foi desaparecendo gradativamente, reduzindo-se, atualmente, a poucos exemplares remanescentes desta época.

Em Santos (2005), observa-se, dentre os motivos para o uso das balsas, que o transporte realizado através do leito do rio Uruguai era considerado mais barato, comparado às adversidades enfrentadas através das precárias estradas que faziam as ligações internas no estado gaúcho. Os municípios que possuíam uma ligação razoavelmente boa com o rio, através de estradas e os chamados *portos* como é o caso de Nonoai, exerciam relativa importância neste período.

Imagem 06 – Nonoai (RS): a presença de serrarias era comum nas cidades da região



Fonte: acervo de Nelso dos Santos.

Na imagem 07, capturada em Maravilha (SC), vemos uma serraria localizada em uma das áreas de colonização. Observa-se a existência de grandiosos pinheiros (*Araucaria angustifolia*). A inicial derrubada da mata é um aspecto característico do processo de (re)ocupação das terras na raia do rio Uruguai. O processo de povoamento devastou a Floresta Ombrófila Mista, tendo poucas áreas remanescentes até o presente.

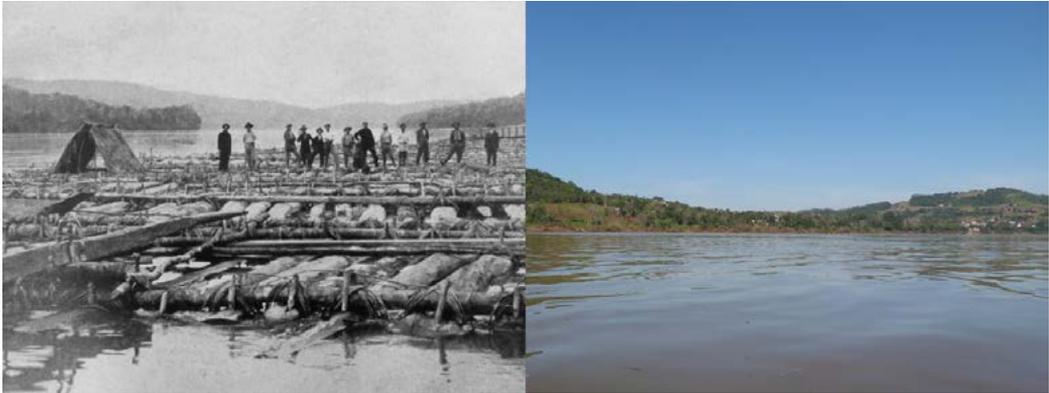
O processo de “limpeza” das áreas através da derrubada da mata permitia a instalação dos colonos, embora produzisse também conflitos em momentos que caboclos habitavam algumas porções da área, levando em conta a narrativa da colonização, proferida pelas empresas colonizadoras e pelos próprios migrantes. O trabalho de Renk (2004) especifica estes discursos depreciativos em relação ao caboclo e indígena, enaltecendo o sujeito aspirante ao progresso que se instalava na região. Em Brandt (2015) é possível compreender que a cultura cabocla possuía fortes vínculos com o ecossistema produzido pelas florestas de araucária, utilizando a área para a criação de animais soltos, além da colheita de certas espécies para a comercialização em entrepostos na região.

Imagem 07 – Maravilha (SC): serraria localizada na frente de colonização Irajá

Fonte: IBGE, 1965.

De modo a representar o transporte de madeira feito pelo rio Uruguai, na imagem 08, à esquerda, observamos balseiros e suas balsas, no rio Uruguai, rumo à Argentina. As toras eram originadas na atividade extrativista de toda a região oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. Na parte direita, observa-se o rio Uruguai entre Itapiranga (SC), local de onde a fotografia foi capturada, e Barra do Guarita (RS), ao fundo, à direita. As relações entre ambas as áreas não se limitam ao rio, tendo este como um elo de conexão por onde, por exemplo, o transporte fluvial se realiza. Assim como é possível ver na imagem 09, representa um importante local servindo de acesso às barcas que atravessam o rio, efetuando uma ligação hidroviária entre os dois estados.

Imagem 08 – Itapiranga (SC): balseiros e suas balsas rumo à Argentina e a imensidão do rio Uruguai



Fonte: acervo do Museu Almiro Theobaldo Müller, Itapiranga, década de 1950 e do autor, 2017.

Na imagem 09 tem-se representada a paisagem bastante convencional na região oeste do estado catarinense: mosaicos agropecuários em meio aos remanescentes florestais. Na foto, área rural do município de Guatambu (SC), com exemplares de *Araucaria angustifolia* (Araucária, Pinheiro-do-paraná ou Pinheiro brasileiro) em destaque. A cidade está ligada diretamente ao circuito agroindustrial existente no oeste de Santa Catarina, contando com uma produção considerável de grãos e áreas destinadas à silvicultura.

A vinculação do campo ao meio urbano-industrial expressa-se com práticas que obedecem a lógica do agronegócio, produzindo assim paisagens específicas nas áreas agricultáveis. A predominância de pequenas propriedades, dado o modelo de ocupação oficial da terra, é marcante em ambas as áreas analisadas aqui. A soja constitui-se como uma das culturas mais praticadas no oeste catarinense que, juntamente com o milho, forma a paisagem das áreas rurais. A agroindústria, na região oeste marcada pelo sistema de cooperativismo, exerce um papel de grande influência nestas práticas, onde com o papel de integração, por exemplo, tem-se uma relação de dependência entre o produtor (integrado) e as empresas que formam o sistema (integrador).

Imagem 09 – Esquerda: Guatambu (SC) e mosaicos agropecuários comuns de se observar no oeste de Santa Catarina. Direita: colheita de soja em Maravilha (SC)



Fonte: do autor, 2017 e 2015, respectivamente.

Na imagem 10 tem-se “a imensidade do serthão em Santa Catharina”: fotografia capturada durante a comitiva do então presidente do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, em 1929. Nota-se a vasta floresta ainda sem a ação humana ter tanta interferência. A bandeira de Konder era o reconhecimento do território, este que em sua história recente fora alvo de conflitos e ainda carecia da devida atenção do estado. Seu trajeto desde Florianópolis foi percorrido por localidades como Cruzeiro (hoje Joaçaba), Passo Bormann (hoje Chapecó), Mondahy (hoje Mondai), etc.

Imagem 10 – “A imensidade do serthão em Santa Catharina”



Fonte: acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, Chapecó.

Em Maravilha (SC), na imagem 11, é possível ver uma paisagem comum nas áreas não-urbanas do oeste catarinense e noroeste gaúcho, onde, como já mencionada, a pequena propriedade, em sua maioria, se encarrega da produção vinculada às agroindústrias, tendo culturas como milho e soja como predominantes, além do manejo através da pecuária leiteira. Até o primeiro quartel do século passado, a presença da Floresta Ombrófila Mista era notável, restando apenas alguns mosaicos florestais, muitos destes em uma nova geração e com espécies exóticas, como o eucalipto (*eucalyptus*), servindo inclusive para a prática da silvicultura. O modelo de ocupação, com a divisão de glebas de terra formando mosaicos e com acessos através de aberturas na mata rendeu o que se denomina comumente como “linha”, onde o acesso às propriedades é feito conforme a via principal atravessa a área, gerando exemplos de “microcentralidades”, como na imagem abaixo, onde a igreja (católica) e o salão comunitário, local para a realização de eventos específicos, se encontram.

Imagem 11 – Maravilha (SC): paisagem rural comum, marcada pela pequena propriedade



Fonte: acervo do autor, 2016.

A seguir, na imagem 12, o cenário de chegada dos colonos às novas áreas, agora colônias com o objetivo do desenvolvimento agrícola, é representado com o contato do branco com o indígena. As diferentes características existentes em ambas

as sociedades – o branco, expressão do padrão “europeu civilizado” e o índio, exemplo de “selvagem” – produziu conflitos significativos, embora na imagem isso não esteja aparente. No trabalho de Renk (2004) fica possível compreender o modo com que as diversas formas de marrar o processo de (re)ocupação destas áreas produziu um discurso excludente, deixando a população cabocla e indígena às margens da sociedade local.

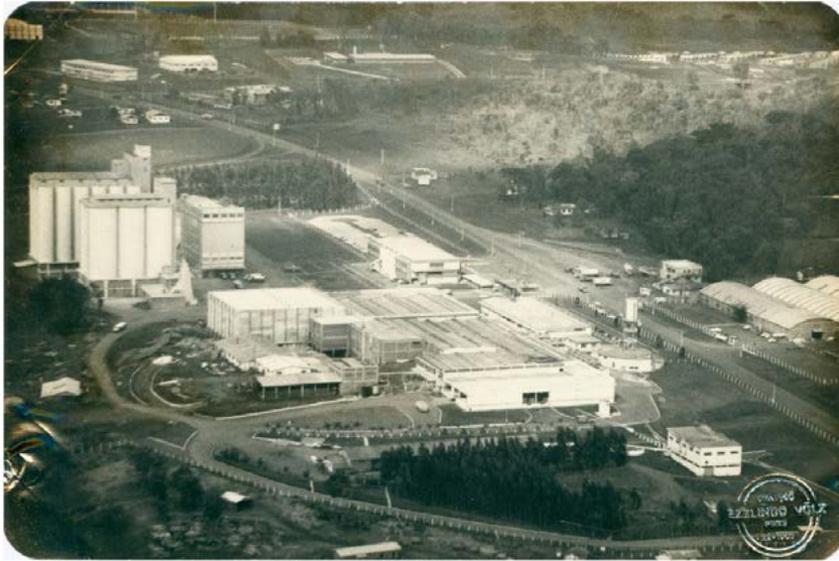
Imagem 12 – Aratiba (RS): Fotografia onde observa-se a presença de colonos e indígenas



Fonte: Arquivo Histórico Juarez Illa Font, Erechim, 1926.

Na imagem 13, a cidade de Chapecó é representada agora pela vista aérea das instalações da Sadia (Sociedade Anônima Concórdia), importante agroindústria instalada no município e que foi a primeira unidade de abate de aves da empresa. Foi fundada em 1944, em Concórdia (SC), por Atílio Fontana, descendente de italianos e comerciante. O modelo de integração proposto pela companhia modificou a paisagem das áreas rurais das regiões analisadas aqui, criando mecanismos de dependência técnica para os produtores. Em Chapecó, a implantação desta unidade trouxe alterações na dinâmica do município, servindo até mesmo para alimentar o discurso de “vocação agroindustrial” da cidade. Hoje, entre as atividades em que a cidade se destaca, cabe destacar o circuito agroindustrial, que movimenta centenas de empresas voltadas ao transporte rodoviário de cargas, empresas de manutenção industrial, produção de equipamentos utilizados nas indústrias e nos produtores, insumos agrícolas, etc.

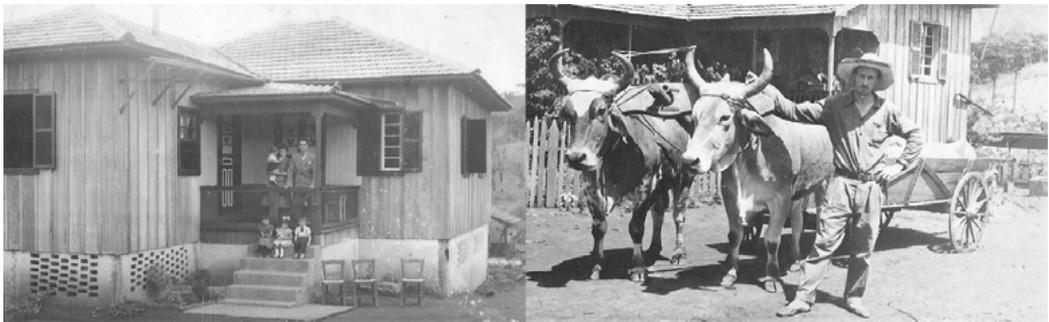
Imagem 13 – Chapecó (SC): vista aérea das instalações da Sadia (Sociedade Anônima Concórdia)



Fonte: Ezelindo Volz, década de 1970.

Manifestam-se na imagem 14 as características arquitetônicas da habitação dos colonos e do cotidiano da vida no campo nos anos 1960, em Maravilha (SC). Na imagem, à esquerda, uma típica casa de migrantes com descendência italiana, localizada na área rural do município. O porão era utilizado, especialmente, para o armazenamento de comidas e bebidas típicas, dado o seu clima mais ameno e ausência de luminosidade. O uso de bois para o trabalho na roça também era comum, sendo modificado em períodos posteriores, onde se ocorre uma intensa tecnificação do campo, expulsando, inclusive, os que de um modo ou outro não se adaptassem a estas alterações, vinculadas às atividades agrícolas e a terra.

Imagem 14 – Maravilha (SC): cenas comuns do cotidiano vinculado aos novos habitantes



Fonte: acervo de Paulo Antônio Ecker, década de 1960.

Considerações finais

Os sujeitos que compuseram o processo de (re)ocupação da terra ao longo das regiões oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul foram responsáveis por profundas modificações na paisagem. Desde as suas relações com o “outro”, representado aqui pelo caboclo ou indígena posseiro, não pertencente à cultura do árduo trabalho e posse capitalista da terra, a pequena produção mercantil oriunda de sua produção familiar, até as relações avançadas entre as empresas colonizadoras com as florestas (extração vegetal) e a implantação de objetos vinculados à uma progressista modernização, como as casas de comércio que evoluiriam anos mais tarde para o que denominamos hoje de agroindústria.

As relações entre os diversos fatores citados, compõem o que se denomina de formação socioespacial, ou seja, a acumulação das relações entre o humano e o seu meio, além das implicações que isto proporciona, modela a fisionomia de uma região. Tem-se então uma representação fotográfica disto, aliando então a análise a partir da geografia e sua bagagem conceitual para interpretar os registros feitos, sejam eles da metade do século XX ou da época em que a redação deste texto é escrita.

A geofotografia aqui exposta vem, portanto, com o objetivo de contribuir para uma análise integradora de duas regiões separadas por limites político-administrativos, mas que se unem ao se observarem as suas semelhantes formações socioespaciais, com a apropriação de terra por descendentes de imigrantes europeus, oriundos de áreas de colonização localizadas no Rio Grande do Sul, a ação das companhias colonizadoras na devastação das áreas de floresta, com o objetivo principal de comercializar a madeira ali existente, até narrar elementos da cultura agrária existentes até hoje, como a pequena propriedade rural que, contemporaneamente, vincula-se ao setor de produção agrícola dotado de técnicas avançadas para uma aceleração da geração de capital.

Mais do que simples registros, a fotografia permite uma reprodução da fisionomia de um local, uma região, esta última, se for trazida para um prisma que trace as perspectivas geográficas e históricas, sendo assim analisada de forma ampla e que permita reconstruir uma narrativa sobre o fato retratado.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BELLANI, Eli Maria. *Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950)*. 1991. 327 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.
- BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 3, n. 4, p.7-27, maio 1988.
- BOITEUX, José. *Oeste catarinense de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. Florianópolis: Alberto Entres, 1931.
- BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas no oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson. *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. São Carlos: Pedro e João, 2015.
- CARON, Márcia. Colonização privada em área de colonização oficial: considerações sobre a implantação das atividades da Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia Ltda no Alto Uruguai gaúcho (1915-1920). In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar. *Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Erechim: Habilis, 2009.
- CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. *Formação*, Presidente Prudente, v. 2, n. 18, p. 39-62, jul./dez., 2011.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC 2014.
- COSTA, Arthur Ferreira da. *O oeste catarinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia, 1929.
- DÜRKS, Ricardo. O boom viário nas cercanias de Passo Fundo. *Memórias do AHR*. 2011. Disponível em: <http://ahr.upf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=97>. Acesso em: 16 ago. 2013.
- ESPÍNDOLA, Carlos. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.
- ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. *As transterritorialidades na bacia do rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.
- FERRARI, Maristela. Territorialidades transfronteiriças na zona da fronteira seca internacional Brasil-Argentina. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011.
- LESSA, Barbosa. Balseiros do Rio Uruguai. In: MAICÁ, Cenair. *Rios de minha infância*. CID, 1978, LP.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tania Marques et al (Org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NODARI, Eunice. Fronteiras fluidas: florestas, Rio Uruguai e a ocupação da região. In: ZARTH, Paulo (Org.). *História do campesinato da Fronteira Sul*. Porto Alegre; Chapecó: Letra & Vida; UFFS, 2012a.
- NODARI, Eunice. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice; KLUG, João (Orgs.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012b.
- PASSOS, Messias Modesto dos. *Paisagem e meio ambiente (Noroeste do Paraná)*. Maringá: Eduem, 2013.

PASSOS, Messias Modesto dos. *A Raia Divisória: eco-história da Raia Divisória*. Maringá: Eduem, 2007.

PASSOS, Messias Modesto dos. Geo-foto-grafia da fronteira agrícola ao longo da BR-163: de Cuiabá (MT) a Santarém (PA). In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10. 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005.

PASSOS, Messias Modesto dos. A construção da paisagem no Pontal do Paranapanema: uma apreensão geo-foto-gráfica. *Terra Livre*, São Paulo, n. 21, v. 2, p. 193-211, jul./dez., 2003.

PERTILE, Noeli. *Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense*. 2008. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RADIN, José Carlos. *Representações da colonização*. Chapecó: Argos, 2009.

RENK, Arlene. *Narrativas da diferença*. Chapecó: Argos, 2004.

RENK, Arlene. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó: Grifos, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p.81-99, jun. 1977.

SANTOS, Nelso dos. *Balsas e balseiros do Uruguai: reflexos e impactos para a historiografia de Nonoai*. Chapecó: Estampa, 2005.

SILVA, Claiton Marcio; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al. *Chapecó 100 anos: histórias plurais*, Chapecó: Argos, 2017.

SOUZA, Reginaldo José de; CATALÃO, Igor. Da "Cidade-Cyborg" à "Atmosfera-Cyborg": contribuições à análise do espaço e do clima urbanos. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 2, n. 28, p. 199-213, mai./ago., 2016.

SOUZA, Reginaldo José de. Fronteiras ou Raias (?). In: PASSOS, Messias Modesto dos (Org.). *A raia divisória: São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul (cenas e cenários)*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *La France: tableau géographique*. Paris: Hachette, 1908.

WOLF, Gladis. Rumo ao norte, pelos trilhos: a colônia Barro – Gaurama. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST edições, 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.